

Reformar e ampliar a atual Previdência *(a luta continua)*

Passada a disputa no Congresso quanto aos termos da reforma da Previdência do setor público, é preciso mobilizar novamente as mulheres para o tema da inclusão na Seguridade Social. Esta é a perspectiva da AMB no debate dessa reforma: ampliação de direitos e da proteção social para todas as pessoas.

As mulheres formam o grupo das pessoas mais excluídas, no conjunto dos excluídos da Previdência: um total de 40 milhões de pessoas, ou 120 milhões, se consideradas suas famílias. Neste contexto, o tema do trabalho doméstico e da reprodução social, realizado majoritariamente pelas mulheres é questão central.

De um lado, é necessário lutar pela redução de alíquotas de taxaço sobre o trabalho doméstico, de modo a aumentar o número de trabalhadoras domésticas incluídas no sistema previdenciário, categoria com grande índice de informalidade nas relações de trabalho. De outro, é preciso avançar no debate e reconhecimento do trabalho reprodutivo como passível de proteção social e aposentadoria.

Neste sentido, o projeto da deputada Lucy Choinacki é um ponto de partida estratégico para o feminismo brasileiro. O projeto prevê aposentadoria para mulheres (a partir dos 60 anos), cuja renda familiar seja de até dois salários mínimos, e que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico para suas famílias, independente de contribuição.

A conquista deste direito abrirá precedente para seguirmos avançando no reconhecimento do trabalho doméstico realizado por todas as mulheres, e representará uma valorização desse trabalho para a sociedade. Deste modo, afirma-se o caráter solidário e redistributivo do sistema previdenciário, da forma como desejam os movimentos de mulheres. Nesta perspectiva, a AMB participará da audiência convocada pela deputada Luci, com a presença dos ministros Berzoini (Previdência) e José Dirceu (Casa Civil), dia 9 de setembro próximo, na Câmara Federal. Além da AMB estão sendo convidadas redes nacionais e movimentos de mulheres, de todo o Brasil.

VIOLENCIA Movimento de Mulheres articula concertação entre órgãos do Estado

O Fórum de Mulheres de Pernambuco, articulado com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, dá continuidade à campanha pelo fim da violência contra meninas e mulheres, através da realização de uma audiência nacional, ocorrida ontem, em Recife.

Convocada pelos movimentos de mulheres, a audiência teve grande repercussão na imprensa, nos setores de Governo, no Judiciário e entre parlamentares, reunindo diversas autoridades da sociedade civil e de vários órgãos governamentais, dos âmbitos federal, estadual e municipal.

O evento tratou da situação de violência que atinge as mulheres em Pernambuco, marcando um processo de intensa mobilização, com realização de passeata, negociações com o governador, audiência com Tribunal de Justiça e formação de grupo de trabalho com o Ministério Público. O FMPE também se articulou com o movimento nacional de Direitos Humanos e a ONG Justiça Global, para ações internacionais da campanha.

Da audiência de ontem participaram: as ministras Emilia Fernandes (Políticas para as Mulheres) e Matilde Ribeiro (Promoção da Igualdade Racial); o ministro Humberto Costa (Saúde), o vice-governador de Pernambuco, Mendonça Filho, além de uma platéia formada por representações de movimentos sociais ligados à defesa dos direitos humanos e parlamentares federais do Estado, prefeitas/os e os comandos das polícias militar e civil.

De acordo com Ana Paula Portella (SOS Corpo / FMPE) o movimento de mulheres entende que é preciso articular as esferas de poder e os diversos níveis de governo para a prevenção e o combate à violência contra as mulheres, que já se coloca para além do espaço doméstico. De acordo com dados da polícia civil e da ONG Gajop, divulgados no informativo do FMPE, a violência contra as mulheres em Pernambuco revela-se em 110 homicídios nos últimos meses, dos quais a maior parte em espaços públicos (52,8%), com utilização de arma de fogo (75%), grande parte com característica de chacina, queima de arquivo ou vingança (61%), e alguns sendo crimes múltiplos, atingindo de duas a mais mulheres e/ou meninas (10%).

Na audiência, as declarações públicas das/os representantes dos três poderes foram de compromisso em interligar as ações e apoiar as propostas apresentadas pelo movimento de mulheres. O informativo do FMPE sobre a audiência, a ser divulgado, trará mais detalhes do processo e dos seus desdobramentos.

Encontro feminista em debate

Dentro da série de entrevistas sobre os encontros nacionais feministas, entrevistamos Sílvia Camurça, educadora do SOS Corpo e atual secretária executiva da AMB. Sílvia fala de suas expectativas, conta sobre o encontro que mais lhe marcou e responde sobre a existência de uma crise no formato do evento.

Integrante da comissão organizadora do 9º ENF (Garanhuns, 1987) Sílvia Camurça realça, nesse evento, o grupo de mulheres que participou da organização, formado por feministas vindas de setores autônomos e populares. Isso significou um diálogo entre mulheres que lideravam o debate feminista, naquele momento, e os movimentos de mulheres que integravam o feminismo brasileiro.

Numa retrospectiva, ela recorda que, a exemplo do que se propõe o 14º ENF, o primeiro dia do 9º encontro foi dedicado exclusivamente a refletir o sentido do feminismo. Para isso, ocorreram trabalhos em grupo, coordenados por feministas convidadas pela comissão organizadora. O produto das discussões gerou um texto síntese, lido ao final do 9º ENF. Na proposta do 14º Encontro, é exatamente o debate sobre o feminismo o que mais agrada Sílvia.

Em relação à existência de uma crise no formato dos encontros, ela afirma que as oficinas já não são suficientes para dar conta do desejo de cada participante: umas buscam reflexão, outras militância semelhante, outras querem pensar o Brasil ou o mundo. Assim, é interessante mesclar mesas e oficinas, mas sem perder a perspectiva de convivência que caracteriza os ENF. Sílvia tem dúvida se o rumo do próximo encontro supera as limitações verificadas ao longo da trajetória dos ENF e acredita que eles precisariam ser repensados pelo conjunto de setores que fizeram sua história. No entanto, ressalta: o feminismo autônomo - que deu sentido a todos os encontros - não refletiu, não produziu uma crítica consistente ao seu formato, ao vê-lo insuficiente aos desejos de quem participa.

Concluindo, ela afirma não saber se "a forma ou as inovações do 14º ENF vão resultar numa 'reinvenção' do espaço do encontro feminista". Mas considera que os encontros nacionais são conquistas do movimento e continuam imprescindíveis, já que os espaços criados por redes são insuficientes para debater o sentido do feminismo.

FSM 2004 - lançamento adiado - O comitê organizador indiano do Fórum Social Mundial 2004 adiou o lançamento do evento, provavelmente para o início de setembro do próximo ano. Isso dará mais tempo para organizar atividades de mobilização para o Fórum, conforme divulgou a Secretária do FSM. Inscrições para atividades podem ser feitas até 30 de setembro próximo. Informações: Alessandra Ceregatti (fsm2003@uol.com.br)

Articulando Eletronicamente Ano II Nº 55 *Coordenação Editorial:* Sílvia Camurça e Carla Batista (Secretaria Executiva AMB). *Jorn. Responsável:* Paula de Andrade (2.214 DRT/PE). *Apoio:* Fundação Ford amb@soscorpo.org.br

O que foi o processo do PPA?

Depois de realizados os 27 *Fóruns da Participação Social no Plano Brasil de Todos* (e de todas) – Plano Plurianual 2004-2007, integrantes de redes e organizações dos movimentos sociais fizeram um balanço do processo, em reunião realizada dia 13, em Brasília. O evento antecedeu a entrega do documento resultante dos fóruns ao presidente Lula, dia 14.

De acordo com divulgação da Inter-redes, os fóruns públicos reuniram cerca de 2,2 mil entidades de diferentes segmentos. Apesar de atropelos operacionais, pelo inusitado da experiência, o processo foi considerado importante passo na direção de uma maior articulação entre movimentos sociais, no debate dos rumos do país e das políticas macroeconômicas e de desenvolvimento. Na reunião, foi também discutida uma proposta de continuidade, para acompanhamento permanente do PPA por parte da sociedade civil, após esse período de debates com o governo federal.

No contexto da AMB, a Plataforma Política Feminista, aprovada na Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras, foi referência para a atuação de representantes de articulações e fóruns de mulheres que participaram do processo.

10 anos de CDD - Nossos parabéns pelos 10 anos de Católicas pelo Direito de Decidir. Dentro das comemorações, debate na Câmara Municipal de São Paulo (22), coordenado por Maria José Rosado (CDD), com presença da teóloga americana e lésbica, Mary Hunt; de Fátima Jordão (Conselho CDD), e da teóloga feminista Ivone Gebara, além de Frances Kissling, de Catholics for a Free Choice (EUA).

Mulheres rumo a Cancún - Acompanhando o processo rumo à V Reunião Ministerial da OMC (setembro, Cancún), os movimentos de mulheres participam de reunião, dia 20, em Brasília, convocada pela Rebrip. Representando a AMB, participa a coordenadora do Fórum de Mulheres do DF, Kátia Guimarães.

CONtextos - Nesta edição, anexamos artigo da Revista Bocas no Mundo nº 2, da AMB, dedicada à Campanha por uma Convenção dos Direitos Sexuais e dos Direitos Reprodutivos. O texto, escrito por Vange Leonel, fala sobre as "sexualidades lésbicas". A Revista foi produzida em parceria com o Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos e insere-se no contexto das comemorações do 29 de agosto – dia da visibilidade lésbica, definido no Seminário Nacional de Lésbicas. Neste mês de agosto, também está sendo comemorado pelo movimento de mulheres lésbicas o dia do orgulho lésbico (dia 19).